

A INFLUÊNCIA MAQUIAVELIANA NOS ESCRITOS POLÍTICOS DE DAVID HUME

Alcides Borges Neto⁷⁷

Resumo: Nosso objetivo direto é tratar da aproximação de David Hume a Nicolau Maquiavel, tornando-os expoentes da escrita política, sendo que Hume, na obra *História da Inglaterra*, apresenta os elementos históricos para fundamentar o conceito do que move a história. Para ele, a busca de um povo pela liberdade é responsável por erigir a constituição inglesa, em contraposição ao poder e à autoridade exercidos pelo Estado, com o objetivo direto de determinar como esse embate ocorre. Por outro lado, Hume desenvolve sua investigação sobre os fatos do passado revisitando não apenas as nomeações e vidas dos reis, príncipes, parlamentares e militares, como era tradição até então, mas dedica-se exclusivamente a analisar cuidadosamente amplas e importantes esferas da sociedade, dentre elas, a ciência, a religião, as artes, a economia e os costumes. Por sua vez, em *História de Florença*, Maquiavel lamenta profundamente a perda do Estado republicano em Florença. Nessa obra, podemos observar como o autor desvela, de forma narrativa, o processo de corrupção da república florentina pela gradativa corrosão das ordenações e a degradação dos costumes civis. No entanto, o seu relato, baseado na experiência das coisas modernas, não é um elemento de sua composição, estabelecendo uma diferença desta obra e as demais já escritas por Maquiavel. Em sua história, o autor descreve os diversos conflitos existentes, tais como a oposição dos humores na composição do conflito, suas variações e consequências, bem como o benefício, colocado na obra, relativo à anteposição das leis na condução do governo das cidades à virtude dos grandes homens ou grupos políticos, respectivamente. É justamente a partir dessas semelhanças que encontramos na proposta de Frederick G. Whelan, em sua obra *Hume and Machiavelli: political realism and liberal thought*, os sinais da influência política de Maquiavel sobre Hume, pois o autor dedica-se exclusivamente à avaliação do quanto há de influência maquiaveliana nos escritos de Hume. Por fim, o presente trabalho pretende avaliar se há evidências claras disso no aspecto da religião, e como elas estão relacionadas entre si.

^{77*} Mestrando em Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, dedica-se à atuação e pesquisa na área da ética e filosofia política, tendo como foco de referência o pensamento republicano de Maquiavel. E-mail: alcides.borges@usp.br.

Palavras-chave: David Hume, Nicolau Maquiavel, República, História Política.

Abstract: Our main objective is to bring David Hume closer to Niccolò Machiavelli, making them the fundamental figures of political writing, considering that Hume, in his *History of England*, presents the historical elements that support the concept of what moves history. For the author, the search of a people for freedom is responsible for the English constitution, as opposed to the power and authority wielded by the State with the direct objective of determining how this struggle should take place. On the other hand, Hume develops his investigation of these facts of the past by bringing to light not only to the appointments and lives of kings, princes, parliamentarians and soldiers, which was the tradition until then; rather, he was exclusively dedicated to carefully analyzing the broad and important spheres of society: science, religion, the arts, economy and customs, among others. Then, in the *History of Florence*, Machiavelli deeply laments the decline of the republican State in Florence. In this work, we can observe how Machiavelli reveals, in narrative form, the process of the Florentine Republic's corruption through the gradual erosion of ordinances and the degradation of civil customs. His account, however, is based on the experience of modern things, and therefore it is not an element of his composition, which marks a difference between this work and the others previously written by Machiavelli. In his account of history, he describes various existing conflicts, such as the opposition of moods in the composition of the conflict, its variations and consequences, as well as the benefits, argued in this work, of the laws' precedence in the handling of municipal government, the virtue of great men or political groups, respectively. It is precisely from these similarities that we find in the proposal of Frederick G. Whelan. In his work *Hume and Machiavelli: political realism and liberal thought*, he shows the signs of Machiavelli's political influence on Hume, since the author is exclusively dedicated to the evaluation of how much Machiavellian influence can be found in Hume's writings. Finally, the present work intends to evaluate if there is clear evidence of this in the aspect of religion, and how they are related to each other.

Keywords: David Hume, Niccolò Machiavelli, Republic, Political History.

INTRODUÇÃO

Pode haver alguma similitude entre os escritos políticos de autores tão distintos? Aliás, é possível detectar a influência do pensamento político de Nicolau Maquiavel em David Hume com sólida referência? De acordo com Frederick G. Whelan (1947), não é apenas possível, como também é completamente evidente quando comparados os escritos políticos de Maquiavel e Hume⁷⁸. Recordemos, a este propósito, que, embora seja considerado um dos grandes expoentes do liberalismo clássico do século XIII, Hume não o segue necessariamente, deixando escapar nas entrelinhas que não possui um apreço tão aflorado por esse modelo. Com um pensamento puramente histórico predominante, Hume descola-se de fatores abstratos e recorre ao método que Whelan denomina como “experiência concreta”, isto é, histórico, baseado em fatos. Assim como em Maquiavel, podemos observar os constantes momentos da virada do Hume filósofo — quando analisa os eventos, por exemplo, da constituição inglesa, no que concerne aos fatos políticos que se entrelaçam a partir de questões do corpo político — para o histórico, se considerarmos a investigação acerca da história das leis inglesas a partir de fatores de intercursos interrogativos que só podem ser explicados através de elementos históricos⁷⁹.

Hume certamente era um leitor assíduo de Maquiavel, justificando sua referência direta a ele. Para Whelan, além das referências explícitas, “existem inúmeras passagens e temas nos escritos políticos e históricos de Hume que derivam de Maquiavel ou que lembram notavelmente temas da teoria política de Maquiavel” (WHELAN, 1957, p. 3). No entanto, cabe-nos ressaltar que a tradição maquiavélica com relação aos escritos políticos e concepções filosóficas fazia parte de todo o contexto do século XVIII. É justamente por meio dessas inflexões que analisaremos os momentos em que ficam evidentes as citações ou reflexões que atestam a influência maquiaveliana no pensamento de David Hume, como proposto inicialmente, e destacá-los considerando o contexto político-histórico do filósofo iluminista.

Esses esclarecimentos preliminares nos colocarão diante de algumas indagações, que nortearão toda a problemática desta breve pesquisa. A primeira observação pertinente é a forma

⁷⁸ Cito a obra de Frederick G. Whelan intitulada *Hume and Machiavelli: political realism and liberal thought* (1947), dedicada exclusivamente à avaliação da influência política maquiaveliana sobre David Hume.

⁷⁹ De acordo com Whelan, essas qualidades dão ao pensamento de Hume um caráter mundano, não ideal ou realista. A presença de numerosos elementos especificamente maquiavélicos em seus escritos serve ainda para indicar um importante traço de realismo político na teoria política de Hume. Como um liberal realista, Hume representa uma alternativa à tradição baseada no ideal na teoria liberal que pode ser encontrada tanto no liberalismo clássico do Iluminismo, quanto entre alguns pensadores liberais contemporâneos. Hume não é Maquiavel, é claro, e o liberalismo e o maquiavelismo permanecem dois discursos distintos e em alguns aspectos antagônicos da teoria política; mas a convergência substancial em suas abordagens e conclusões garante o reconhecimento e a recuperação do liberalismo realista como uma categoria híbrida (WHELAN, 1947, p. 2).

como estão citadas as referências maquiavelianas nos escritos de David Hume. Para compreendermos essa referência e similitude, é preciso recorrer à proposta de Whelan, que, de forma minuciosa, classifica como ciência política, política humeana e maquiavélica, considerando que Hume e Maquiavel são proeminentes representantes de escolas do pensamento político⁸⁰. Das características que exploraremos mais a seguir, destacam-se o seu individualismo como princípio metodológico, visão política como atividade centrada, tolerância e abertura religiosa e intelectual, além, é claro, da alta valorização da liberdade pessoal. Essas são algumas das inflexões tidas como referenciais do escrito maquiavélico, embora seja necessário destacar que muito dessa influência também possa ser considerada a partir do próprio modelo historiográfico renascentista, que equaciona esses paralelos entre os autores.

O PENSAMENTO POLÍTICO DE DAVID HUME E NICOLAU MAQUIAVEL: UMA ANÁLISE DO ARCABOUÇO HISTÓRICO-POLÍTICO DO FILÓSOFO ILUMINISTA E DO POLÍTICO ITALIANO

Os campos de comentários contemporâneos sobre as obras de David Hume (1711–1776) e Nicolau Maquiavel (1469–1527) estão fortemente marcados pelas balizas sólidas constituídas por obras célebres reconhecidas e importantes para o embate acadêmico no que se refere aos aspectos dos escritos político-históricos de ambos os autores. Assim como Maquiavel, Hume também se dedica à tarefa de escrever uma História — nesse caso, da Inglaterra — em que, de certo modo, verifica-se em partes toda a construção e formação do seu pensamento político, já

⁸⁰ A questão das suas contribuições para o pensamento político, vale dizer, destaca-se que o modelo historiográfico renascentista trazia consigo uma composição de narrativa histórica dessa época, a forma e o conteúdo não podiam ser escolhidos livremente pelo autor, devendo ser condizentes com os preceitos estabelecidos para a criação do que era considerada uma verdadeira história. Os modelos adequados remontavam aos padrões historiográficos da Antiguidade (sobretudo romana), cujos grandes historiadores forneciam os padrões a serem seguidos, suscitando longas discussões acerca do melhor estilo e da conveniência de empregar um único historiador como modelo ou retirar de cada um as melhores qualidades. Não bastava a um texto relatar os acontecimentos para receber o nome de história. Logo, a crônica, que fora a forma medieval do registro dos acontecimentos da cidade, por não seguir esses padrões, não era considerada história e era então utilizada apenas como fonte de fatos para a elaboração das verdadeiras histórias. Apesar de haver grandes diferenças entre as crônicas, pode-se afirmar que eram caracterizadas pelo fato de incluírem uma grande diversidade de acontecimentos econômicos, políticos, militares, religiosos, astrológicos e meteorológicos. Desta forma, tanto em Maquiavel como em Hume, percebem-se notadamente esses aspectos na forma como foram escritas suas histórias de Florença e da Inglaterra, respectivamente. Em contrapartida, a verdadeira história tem por excelência os eventos político-militares. Ao utilizar as crônicas como sua principal fonte, os historiadores precisavam selecionar esses eventos em meio à diversidade dos acontecimentos relatados e descrevê-los adequadamente, sendo fundamental para a caracterização da história o cuidado com o estilo.” MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, p. 10-11.

que ainda não detinha tal prestígio que reconhecemos hoje⁸¹. Em suas demais obras, por exemplo, nos *Ensaio Morais e Políticos*⁸², constatamos que sua motivação é uma construção crítica do que ele considera que extrapola “a vida ordinária”, referindo-se tanto aos aspectos teológicos como metafísicos, ou até mesmo questões ligadas à vida comum. Já em *História da Inglaterra*, enaltece uma necessidade cívica de se conhecer minimamente a história. Aprender com os erros e acontecimentos do passado parece indicar para Hume a possibilidade de elucidar o presente, sendo indispensável conhecer civilizações referenciais. Isso certamente trará para o embate do escrito político eventos e acontecimentos que servirão de combustível para a narrativa de uma história política, como observaremos adiante. Vejamos, a seguir, a posição de Hume sobre esse tema: “[...] mas devo julgar uma ignorância imperdoável das pessoas, seja qual for seu sexo ou condição social, que não conheçam a história de seu próprio país, além da história da Grécia antiga e de Roma.”⁸³

Mas, primeiro, refiro-me, certamente, à obra *História da Inglaterra: Da invasão de Júlio César à Revolução de 1688* (1754-1762), que, para Hume, possui apenas um objetivo direto: desenvolver uma investigação sobre os fatos do passado, lançando luz não apenas sobre a vida de reis, príncipes, parlamentares e militares, correspondente ao modelo tradicional de sua época, mas, na verdade, ampliar sua investigação de forma mais abrangente e entrelaçada às demais esferas da sociedade, como a ciência, a religião, as artes, a economia e os costumes. Essa obra, dividida em seis volumes, elenca e evidencia uma *história da lei e da constituição inglesa*. Por outro lado, trata-se, ainda, “da história econômica e da história dos costumes ou maneiras [*manners*], mas o fio condutor é a lei ou o processo de formação de um sistema legal como elemento de regulação das relações sociais” (LIMONGI, 2015, p. 37). Basicamente, podemos concluir que a história da Inglaterra de Hume, partindo de uma leitura cuidadosa, possui o objetivo de compreender a instituição, ou seja, o início da lei a partir do contexto

⁸¹ David Hume encabeça, sem sombra de dúvida, a lista de célebres autores de seu tempo. Reconhecido por ser um ávido leitor e escritor, suas obras que merecem destaque são: *Tratado da Natureza Humana* (1739-1740); *Ensaio Morais e Políticos* (1742); *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1748); *As Cartas Inglesas* (1748); *Investigações sobre o Princípio da Moral* (1751); *Discursos Políticos* (1752); *A História da Inglaterra* (1754-1762); *História Natural da Religião* (1757); e *Minha Vida* (1776). Nicolau Maquiavel é responsável por apresentar algumas das obras mais referenciadas no pensamento político e republicanismo. Dentre seus escritos, destacamos *Decenal* (1506); *Relatos sobre os Fatos na Alemanha* (1508); *Retrato das Coisas da França* (1510); *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1513-1521); *O príncipe* (1513); *A Arte da Guerra* (1517-1520); *A Mandrágora* (1518); e *História de Florença* (1520-1525).

⁸² De acordo com J. G. A. Pocock, os ensaios podem ser compreendidos como uma forma de história contemporânea, dos problemas morais, políticos e literários de seu período que elucidam uma necessidade presente, ou seja, a sua contextualização servirá como catalizador para ajustes do presente e do futuro. POCKOCK, J. G. *Linguagens do ideário político*. Op. Cit. p. 169-170.

⁸³ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit., p. 784-785.

particular de toda a história inglesa. Além disso, destaca-se o modo e a estrutura histórica usadas por Hume para a instituição de sua história, como veremos a seguir:

Na atenção que dá às circunstâncias e particularidades da história inglesa a fim de reconstituir a história da lei, Hume é o herdeiro do intenso debate constitucional que se desenrolou na Inglaterra desde o período que precede à guerra civil inglesa - desde o reino de Jaime I – até o momento em que ele escreve, após a Revolução Gloriosa, quando então a constituição mista inglesa havia enfim se estabilizado, sem que contudo tivesse se arrefecido o debate em torno de sua natureza e do seu equilíbrio. (LIMONGI, 2015, p. 38.)

Dessa forma, conclui-se que Hume se utiliza de elementos puramente históricos para reconstruir as bases da história e da lei da constituição inglesa. Sem deixar de desconstruir, por exemplo, a ideia de uma lei fundamental, já avalia sua própria concepção de lei a partir da busca de recursos históricos, que alicerçam todos os seus escritos políticos. Primeiro, Hume analisa os fatores e eventos que eclodiram a guerra civil inglesa, seguidos dos contínuos movimentos que constituíram os partidos responsáveis pela Revolução Gloriosa, além de discorrer precisamente sobre a formação da constituição mista inglesa. Outro ponto importante é que Hume dedica volumes da sua história da Inglaterra para constituir a história de monarquias como a Tudor, por exemplo, para então, por fim, recorrer aos eventos do período bárbaro, dentro de um conceito puramente historiográfico de sua época.

Num segundo momento, na *História de Florença* (1520-1525), de Maquiavel, estão condensados todos os eventos que seus antecessores esqueceram de mencionar que levaram à perda do Estado republicano e ao ocaso da liberdade em sua cidade⁸⁴. Nessa obra, o autor florentino aborda fatos históricos de forma narrativa e o processo de corrupção da república florentina pela perspectiva da gradativa corrosão das ordenações e a degradação dos costumes civis. Assim, Florença torna-se uma república nominal, isto é, uma república apenas em nome, embora seja necessário destacar que o desenvolvimento das ideias políticas na Florença do início do século 1400 constitui, em sua essência, uma reação à “luta pela liberdade cívica” que os florentinos foram forçados a travar, por toda a primeira metade do século XV, contra uma série de déspotas belicosos (SKINNER, 1996, p. 28, 453)⁸⁵.

⁸⁴ Para Aranovich, os dois momentos — isto é, histórico e político — se entrelaçam. Primeiro o saber político incorpora a experiência das “coisas do mundo”, antigas e modernas, depois, no segundo momento, existe a narração histórica que se costura com a lógica que governa os embates inerentes à ordem política. ARANOVICH, P. *História e Política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, p. 17.

⁸⁵ Em 1390, o duque de Milão declarou guerra à Florença, onde passou a isolar os florentinos com a conquista de Pisa em 1399 e recebendo a rendição de Luca tempos depois. Em seguida, capturou Siena (1399) e no ano seguinte, Assis, Cortona e Perúgia. Com a morte de Giangaleazzo em 1402, Florença escapou exatamente quando se preparava para desferir seu assalto à cidade. Com sua morte, seu filho, o duque Filippo Maria Visconti de Milão, iniciou ao estilo de seu pai, assegurando o controle do Norte da Itália, tomando Parma e Brescia em (1420) e anexando Gênova, no ano seguinte, ao ducado de Milão. Depois, sua ambição voltou-se para Florença, começando

O termo usado pelos humanistas para definir “liberdade” indica simultaneamente a “independência e o autogoverno – entendendo-se a liberdade tanto no sentido de se estar livre da interferência externa quanto no de se ter a liberdade de tornar parte ativa no governo da república” (idem, *ibidem*, 1966, p. 98). Não obstante, com o termo “humanismo” já estabelecido, Maquiavel vai criticar o que acredita ser uma perspectiva ingênua do príncipe, quando este dedica forças apenas para alcançar “metas supremas” — a honra, a glória e a fama. Ele retoma o aspecto do principado que seus contemporâneos haviam ignorado, considerando que um governo bem-sucedido dependia de uma “disposição inabalável do governante a suprir as artes da persuasão mediante o recurso à força militar efetiva” (SKINNER, 1966, p. 150). Outro aspecto da crítica maquiaveliana é o papel da *virtù* na vida política. Maquiavel afirma que, se os “príncipes têm a obrigação de pautar seus atos pela virtude, devem dar-se conta de que, para agir mais virtuosamente, terão de desistir da pretensão de agir, sempre, virtuosamente”, contrariando a virtude cristã moralista da Renascença. Propõe, assim, a separação entre política e moralidade (idem, *ibidem*, p. 152).

No começo do século XV, três grandes nomes estão estabelecidos na historiografia italiana: Júlio César como o modelo para se escrever sobre a história recente e contemporânea; Salústio para a história de campanhas; e Tito Lívio para a de instituições (HALE, 1981, p. 186). A partir da influência de autores clássicos, principalmente Cícero, ficou estabelecido que o “estilo do historiador devia ser digno, que seu objeto de estudo devia ser político e militar”, e que o seu material deveria ser moldado com a ajuda de “recursos literários como as interpolações do autor e discursos imaginários que tivessem um efeito educativo positivo para o leitor” (idem, *ibidem*, p. 186). Essa lógica pode ser observada em obras de Maquiavel como *O Príncipe* (1513) e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1517), que seguem o padrão dos historiadores ao descrever ocorrências de um passado próximo.

Contrariando a historiografia da época, a *História de Florença* não inclui o registro das “coisas modernas”. Maquiavel apresenta, de forma narrativa, o processo de corrupção da república florentina pela progressiva corrosão das ordenações e degradação dos costumes civis, assim como a perda da condição republicana de Florença⁸⁶. Portanto, Maquiavel é tido como

com a conquista de Forlì e das aldeias próximas (1423). Os florentinos lhes declararam guerra, que durou até 1454, quando Cosme de Medici conseguiu negociar uma paz que incluía o compromisso de Milão a reconhecer — e, se preciso, defender — a independência da república florentina (SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. 1966, p. 91, 93)

⁸⁶ Com a morte de Lorenzo II de’ Medici (1519), vale dizer, Maquiavel volta à vida política. O cardeal Giulio de’ Medici ascendeu ao governo da cidade, e solicita – a pedido do papa, que tinha grande influência sobre a vida florentina – a opinião de Maquiavel sobre a futura ordem de Florença. Como resposta, Maquiavel faz um relatório,

um historiador que narra o processo pelo qual uma “república se tornou um principado, apresentando um novo modo de escrita”, uma “história universal” (ARANOVICH, 2007, p. 136). No entanto, algumas peculiaridades dessa obra devem ser elucidadas: a primeira está no fato de que Maquiavel deixa de escrever uma história de príncipe⁸⁷, de uma cidade, da família Medici, que encomendou a *História de Florença*, e de todo o período que vai de 1434 até 1494, para escrever uma “história universal”, para todos, para a cidade; a segunda é que um dos fatos determinantes para selar essa ruptura é a história da cidade, que era contada de forma independente e por motivação “cívica”, e não por encomenda, como ocorrera com Maquiavel. Entretanto, segundo nos propõe Ridolfi (1954, p. 275), “este gesto significou para Maquiavel, um meio de retomada na vida pública. Honra esta, reservada apenas aos ocupantes da primeira chancelaria florentina”. Dessa forma, resta-nos agora avaliar se há evidências da passagem do filósofo político ao historiador demonstrando o quanto há de história política na filosofia política de Maquiavel, e quanto de política há na obra *História de Florença* e se é possível fazer o mesmo com a *História da Inglaterra* de Hume, assim como destacar as similitudes referenciais entre o filósofo iluminista e o político italiano no que se refere à religião.

A INFLUÊNCIA MAQUIAVELIANA NOS ESCRITOS POLÍTICOS DE DAVID HUME: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PROPOSTA DE FREDERICK G. WHELAN

Frederick G. Whelan, por sua vez, em seu livro *Hume and Machiavelli: political realism and liberal thought* (1947), descreve de forma oportuna que de fato existem semelhanças visíveis se considerarmos todo o enredo histórico-político de Maquiavel e Hume⁸⁸. Na verdade,

o *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentti Medices*, no qual reafirma o conceito da política como ciência autônoma, enquanto a vida do Estado é vista como luta “entre diferentes qualidades de homens que estão em todas as cidades, ou seja, proeminentes, medianos e últimos”. Em Lucca (1520), escreve a *Vita di Castrucio Castracani*, o que foi considerado seu teste dos padrões historiográficos para receber a encomenda para escrever uma História de Florença. Em novembro de (1520), o Studio florentino confia a Maquiavel a tarefa de escrever a História de Florença, o que o mantém ocupado cinco anos, embora sua maior parte tenha sido escrita em (1523-1524), sendo que seu conteúdo abarca o período que vai até a morte de Lorenzo, o Magnífico (1492). MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Cronologia, p. 29.

⁸⁷ Termo comumente utilizado no renascimento italiano que, de acordo com os padrões historiográficos, seguia uma ordem de eventos louváveis em honra a essas figuras.

⁸⁸ Refiro-me, certamente, ao núcleo do estudo de Frederick G. Whelan, que de modo oportuno compara o pensamento político de Nicolau Maquiavel e David Hume, argumentando haver Hume maquiavélico ou pelo menos de um Hume que se originou significativamente do persistente meio maquiavélico na teoria e na prática política moderna. No segundo momento, Whelan ressalta a necessidade de uma reinterpretação de Hume, pois, de acordo com seu entendimento, esta investigação também é realizada com uma preocupação com algumas questões maiores na filosofia política. Em linhas gerais, postula uma relação entre certas formas de liberalismo, por um lado, e o realismo político, por outro, tomando Hume e Maquiavel como representantes dessas duas tradições teóricas (WHELAN, 1947, p. 1-2).

Whelan assinala que “Hume toma emprestados *insights* e modos de julgamento político de Maquiavel para exemplificar uma categoria maior e subestimada que pode ser chamada de liberalismo realista ou realismo liberal, dependendo do termo a ser enfatizado” (WHELAN, 1947, p. 1). Por outro lado, parece-nos certo que seu objetivo não consiste apenas em evidenciar termos puramente teóricos e inferi-los entre si. Seu modo de evidenciar abre uma janela do verdadeiro realismo do pensamento de Maquiavel nos escritos políticos de Hume, que, conforme o próprio autor destaca, diz respeito à sua sugestão direta da “importância e o valor de uma forma realista de liberalismo”, que podem ser mais bem compreendidos a partir dos termos pontuados a seguir:

Do final do século XVI em diante, uma imagem estereotipada e popular dos ensinamentos maquiavélicos era corrente na Inglaterra e em outros lugares. Ao mesmo tempo, uma doutrina mais sofisticada da razão de Estado era comumente associada a vários autores italianos do século XVI. Hume e outros escritores do Iluminismo, portanto, poderiam ter emprestado temas genericamente ‘maquiavélicos’ desse pano de fundo, e poderiam ter assimilado fraseologia e modos de análise que são semelhantes aos de Maquiavel em suas próprias teorias sem consciência consciente da semelhança com os próprios escritos de Maquiavel. O argumento deste livro, portanto, não depende de uma demonstração de ligações diretas entre Hume e Maquiavel, mas tais ligações estão indiscutivelmente presentes, e podemos começar considerando as cerca de uma dúzia de referências explícitas. (WHELAN, 1957, p. 9-10).

No entanto, devemos destacar frequentes rastros do pensamento político de Maquiavel, a partir do século XVI, em diversos lugares, e entre os pensadores da Inglaterra não era diferente: liam e interpretavam os escritos de Maquiavel regularmente⁸⁹. Ora, Hume parece descrever o político italiano no primeiro momento como fonte histórica, ao invés de pensador político. Embora seja óbvio que Maquiavel não fosse sua única referência quando o assunto é história política, conforme nos adverte Whelan a seguir:

Hume parece ter pensado em Maquiavel antes de tudo como um historiador, e leu Maquiavel e Guicciardini (em italiano) em relação a sua pesquisa histórica. De fato, essa obra fornece a Hume certos temas maquiavélicos, como a ideia de libertar a Itália dos ‘bárbaros’ e o caráter dissimulador e estratégias do imperador Carlos V. Hume se refere a Maquiavel como fonte histórica com menos frequência do que a Guicciardini, presumivelmente porque a Inglaterra teve menos contatos diplomáticos com a Itália durante o período anterior com o qual Maquiavel trata em suas Histórias florentinas; mas Hume, no entanto, elogia ‘Maquiavel’ como um dos ‘melhores historiadores’ entre os modernos. (WHELAN, 1947, p. 23).

⁸⁹ Frederick G Whelan assinala que Hume e outros escritores do Iluminismo, portanto, poderiam ter emprestado temas genericamente “maquiavélicos” desse pano de fundo e, assim, assimilado fraseologia e modos de análise que são semelhantes aos de Maquiavel em suas próprias teorias sem consciência dessa semelhança. Estão indiscutivelmente presentes, e podemos começar considerando a dúzia de referências explícitas (WHELAN, 1947, p. 21).

Conseqüentemente, essas evidências ficam visíveis em passagens em que Hume elucida cuidadosamente as citações de referências maquiavelianas no que diz respeito a tê-lo como historiador. Para isso, Whelan analisa o contexto que Hume traça a partir de discussões históricas, uma referida citação direta de Maquiavel enquanto historiador. Ou seja, encontramos elementos claros e objetivos em que Hume se utiliza de exemplos para difundir seu pensamento, em especial para construir seu pensamento. Para Whelan, “a observação de Maquiavel, que antecipa a concepção de monarquia de Montesquieu, é importante para o próprio interesse central de Hume no desenvolvimento histórico dos regimes jurídicos e constitucionais na Europa moderna” (WHELAN, 1947, p. 23). Além disso, Whelan demonstra que Hume, em sua *História Natural da Religião*, “aceita a interpretação crítica de Maquiavel dos efeitos históricos do Cristianismo”, o que pode ser visto, por exemplo, a seguir:

Nas histórias florentinas em termos fortes, isto é, para Maquiavel: Quando ele fala como um político, em seus raciocínios gerais, ele considera envenenamento, assassinato e perjúrio, como artes legítimas de poder; mas quando ele fala como um historiador, em suas narrações particulares, ele mostra isso uma indignação aguda contra o vício e uma aprovação tão calorosa da virtude (WHELAN, 1947, p. 23).

Em outra medida, uma vez evidenciada, ainda que de forma breve, a percepção de Hume sobre o Maquiavel historiador, cabe-nos analisar outras declarações sobre o italiano como político ou até mesmo como cientista político. A partir de agora, observaremos as considerações de Hume em busca de sua teorização não histórica para fundamentar seu pensamento político. Whelan destaca que essas comparações podem ser vistas especificamente em “ensaio que explora a possibilidade de um estudo científico da política, enfocando a importância e as consequências regulares das instituições”. Ali, afirma Whelan, há duas principais referências nesse sentido, como destacaremos adiante:

Hume cita Maquiavel duas vezes: uma passagem de as *Histórias Florentinas* de Gênova fornece a Hume evidências da importância do desenho institucional para a ordem política, e o argumento de Maquiavel em *O Príncipe* de que a estabilidade das conquistas de Alexandre na Ásia se deveu à ausência de uma nobreza independente no império persa e de capturar ‘uma daquelas verdades políticas eternas’ (‘Que a política pode ser reduzida a uma ciência’). Do grande julgamento e gênio’ (‘Do Equilíbrio de Poder’). Hume parafraseia com aprovação a famosa máxima de Maquiavel que ‘Um governo... muitas vezes deve ser trazido de volta aos seus princípios’ (WHELAN, 1947, p. 23-24).

Em um segundo momento, Whelan dedica-se ao que ele classifica como Hume *versus* Maquiavel. Aqui são analisadas as similitudes e as contradições acerca dos temas considerados mais amplos e sociais, a religião, o comércio e o humanismo ciceroniano — embora seja necessário destacar que neste trabalho pretendemos nos ater apenas às similitudes no aspecto da religião. Na sua visão, “alguns dos principais problemas da teorização política de Hume

eram certamente diferentes dos de Maquiavel, pois surgiram da experiência distintamente britânica ou de desenvolvimentos históricos na Europa entre os séculos XVI e XVIII” respectivamente (WHELAN, 1947, p. 24). Isso porque:

[...] Hume também foi um filósofo moral sistemático, o que Maquiavel não foi, o que torna muito difícil uma comparação plausível nesse nível; mas é difícil evitar a impressão de que uma grande diferença de orientação moral anima muito de seus escritos. A tese deste livro é que Hume compartilhou ou emprestou ideias e abordagens da teoria maquiavélica, o que implica que os dois teorizaram e chegaram a conclusões semelhantes sobre pelo menos alguns problemas comuns ou que Hume pensou que as ideias maquiavélicas poderiam ser adaptadas aos seus próprios problemas e projetos. Esse argumento, no entanto, pode ser colocado em perspectiva considerando primeiro as três áreas aparentes de diferença entre os dois: as preocupações historicamente geradas de Hume com religião e comércio, e algumas questões filosóficas indicadas por seus respectivos usos de Cícero e do humanismo ciceroniano (WHELAN, 1947, p. 24).

Outro importante fator que merece destaque é que, se tratando da questão religião, ambos os autores possuem participação teórica em um dos eventos mais importantes da história, isto é, a reforma protestante⁹⁰. Refiro-me, certamente, pela ordem das contribuições, considerando primeiramente que “Maquiavel foi um teórico da pré-Reforma, tido como o primeiro teórico político a separar as esferas da política e da moral em um período histórico marcado pelo misticismo e pelo dogmatismo religioso. Seguido de Hume um teórico da pós-Reforma (e pós-Contrarreforma)”, que dedica, em sua *História da Inglaterra*, um capítulo inteiro à temática. Nesse texto, intitulado *Digressão sobre o poder eclesiástico*, Hume expõe de modo decrescente os eventos que culminaram no evento da Reforma Protestante, assim como a chegada desse movimento na Inglaterra⁹¹. Para isso, destaca-se a posição de Whelan que sintetiza essas colocações, em que se pode destacar tanto o filósofo iluminista quanto o político italiano sendo constantemente considerados anticristãos:

Maquiavel aborda uma série de problemas envolvendo a interseção entre religião e política, mas Hume estava bem ciente de tais fenômenos (praticamente desconhecido

⁹⁰ De acordo com Whelan, esses conhecidos tratamentos maquiavélicos da religião, no entanto, invariavelmente a consideram estritamente como um fator político ou incorporam queixas convencionais sobre o mundanismo excessivo da igreja. No seu entendimento, Maquiavel mostra pouco ou nenhum interesse pelas próprias doutrinas religiosas ou seus efeitos psicológicos na mente e no comportamento de seus adeptos, como Hume faz. Além disso, a abordagem de Maquiavel assume que a religião geralmente é ou pode ser subordinada à política e é manipulável nas mãos de um governante habilidoso para objetivos políticos. Ao contrário de Hume, que teve a revolução puritana antes dele, Maquiavel não vislumbra a religião e o entusiasmo religioso dominando e determinando o curso da política. Por fim, em seu entendimento, Maquiavel pensava que o cristianismo tornava os homens fracos e inaptos para a política (D II.2); Hume dificilmente poderia concordar com isso, dados os papéis principais desempenhados por Cromwell e outros em sua História (WHELAN, 1947, p. 23-24).

⁹¹ Em linhas gerais, nesse texto, Hume tem como objetivo elencar a origem/progresso da reforma na Alemanha, Inglaterra e por toda Europa, além, é claro, de explicar as disputas teológicas e suas contradições. Em síntese, Hume considera que a origem desse movimento/revolução está baseada nos abusos da igreja (ordem eclesiástica), mas considera que o movimento foi apropriado e necessário, o que culmina numa digressão propriamente dita do que é considerado moral social do aspecto dogmático.

para Maquiavel) como zelo religioso, perseguição e guerras em suas formas pós-medievais; sedição ou rebelião de inspiração religiosa; e demandas para o exercício de direitos políticos ou para o gozo da liberdade religiosa fundada nas reivindicações da consciência e da fé. O efeito cumulativo dessas questões foi que a religião se agigantou mais na perspectiva histórica de Hume do que na de Maquiavel. Maquiavel, que frequentemente toma nota de pretensões religiosas, mal nota o genuíno zelo religioso, e ele nunca teve ocasião de dizer algo semelhante ao que Hume diz sobre o reinado da rainha Elizabeth, que ‘a religião era o ponto capital, do qual dependiam todas as transações políticas de aquela idade’ (WHELAN, 1947, p. 24).

De acordo com Whelan, essa mesma similitude também pode ser encontrada em aspectos como comércio, política e no modo de escrita, tendo como referência maior os escritos políticos de Cícero. Aqui, coube-nos analisar apenas o aspecto da relação da referência maquiaveliana do quesito religião. Diante disso, embora elenquem cada um em seu momento — Maquiavel pré-reforma e Hume pós-reforma —, verificamos que algo evidente se sobressai em ambos os pensamentos. A separação necessária entre Estado e igreja é algo observado como essencial para, em suma, a sinalização de ambos para a ruptura das esferas da política e da moral, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, concluímos que há evidências claras de referências maquiavelianas nos escritos de David Hume. Sobretudo no que diz respeito ao aspecto religioso, em que Maquiavel é expoente crítico da pré-reforma e Hume da pós-reforma, cada um atua no seu respectivo campo, se analisarmos todo o contexto e concepção política teórica. A partir da cuidadosa análise de Whelan, este estudo encontrou elementos concretos com evidências específicas que olhares não atentos poderiam ter deixado escapar. Primeiro, foi apresentado o arcabouço político-histórico tanto de Maquiavel como de Hume, com o intuito de atribuir não apenas o contexto político, mas a formação dos pensamentos políticos do filósofo iluminista, assim como do político florentino. Em seguida, uma vez fundamentados os alicerces da formação da escrita histórica contidos em *História de Florença* e em *História da Inglaterra*, vimos que ambos se desprendem do modelo de senso historiográfico que justamente espera histórias narrativas de feitos modernos, por uma escrita que buscou no passado, em eventos relacionados principalmente a questões militares, mas também assuntos como religião, artes, comércio e assuntos políticos no geral. Embora tenhamos encontrado diversos elementos que possam ser indicados como referências maquiavelianas, nosso objetivo direto foi constatar convergências

apenas no aspecto da religião, assim como determinar que Maquiavel é explicitamente tido como referência tanto histórica como política para Hume.

Referências bibliográficas

- ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: Humanistas, 2000.
- ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Diálogo sobre a nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AMES, J. Luiz. “As Transformações do Significado de Conflito na “História de Florença” de Maquiavel”. In: *Revista KRITERION*, Belo Horizonte, nº 129, Jun. 2014, p. 267. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/kr/v55n129/15.pdf>>. Acesso em: 06.07.2022.
- ARANOVICH, Patrícia F. *História e política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso, 2007.
- BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de. *Republicanism Inglês. Uma teoria da Liberdade*. São Paulo: Discurso Editorial, 2015.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Edunb. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1992.
- BOCK, G. “Civil discord in Maciavelli’s Istorie Fiorentine”. In: *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 200-201.
- HALE. John R. *Dicionário do Renascimento Italiano*. Rio de Janeiro: RJ, 1988.
- HANS, Baron. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. New Jersey: Princinton, 1966.
- HUME, David. *Ensaio morais, políticos e literários*. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2004.
- HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- HUME, David. *História natural da religião*. Tradução, apresentação e notas de Jaimir Conte. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- HUME, David. *Obras sobre religião*. Traduções de Pedro Galvão e Francisco Marreiros, introdução e revisão técnica de João Paulo Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Tradução de Débora Danowski. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

- KRAYE, Jill. *The Cambridge Companion to Renaissance Humanism*. Cambridge University Press, 2006.
- LARIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LIMONGU, M. Isabel. “Hume jusnaturalista”. In: *Revista Scielo – KRITERION*, Belo Horizonte, n° 124, Dez. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-512X2011000200013>>. Acesso em: 10.07.2022.
- LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução Editora Bertrand. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Da arte da guerra*. Tradução de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A mandrágora*. Trad. de Mário da Silva. São Paulo: Peixoto Neto, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre la primera década de Tito Lívio*. Tradução de Ana Martínez Arancón. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- POCOCK, J. G. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013.
- SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- WHELAN, Frederick G. *Hume and Machiavelli: political realism and liberal thought*. Lexington Book, 1947.